Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

20/01/2013

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. AÇÕES TJMA..... 1
2. JORNAL ATOS E FATOS
   2.1. AÇÕES TJMA..... 2 - 5
   2.2. DESEMBARGADORES..... 6
   2.3. JUÍZES..... 7
   2.4. POSSE..... 8
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   3.1. AÇÕES TJMA..... 9 - 10
   3.2. DECISÕES..... 11 - 13
   3.3. JUÍZES..... 14
   3.4. SEM ASSUNTO..... 15
4. JORNAL EXTRA
   4.1. AÇÕES TJMA..... 16
5. JORNAL O DEBATE
   5.1. AÇÕES TJMA..... 17 - 19
   5.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS..... 20
6. JORNAL O QUARTO PODER
   6.1. AÇÕES TJMA..... 21
7. JORNAL PEQUENO
   7.1. AÇÕES TJMA..... 22 - 25
   7.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS..... 26
   7.3. JUÍZES..... 27

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Defensoria e Fiema firmam parceria para capacitação de mulheres vítimas de violência

Em ato realizado na sede da Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema), o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho; o presidente da Fiema, Edilson Baldez; e o diretor do Senai/MA, Marco Antônio Moura da Silva, assinaram convênio para implementação de parceria visando à qualificação técnico-profissional de mulheres assistidas pela DPE, que estejam em situação de violência doméstica, nas turmas regulares dos cursos oferecidos gratuitamente pelo Senai.

O objetivo do convênio é diminuir o grau de vulnerabilidade em que essas mulheres se encontram. Segundo dados do Disque-Denúncia Maranhão, foram registradas 520 denúncias de violência contra a mulher, em 2012, um aumento de 111% em relação ao ano anterior. Para o defensor geral Aldy Mello Filho, a qualificação profissional abre uma nova perspectiva de vida para essas mulheres, já que a maioria depende financeiramente do agressor, em geral marido ou companheiro.

"A mulher que sofre violência precisa se sentir amparada para iniciar uma nova vida. Efetivar a política de proteção a elas exige uma atuação conjunta da sociedade civil e dos órgãos públicos, sobretudo na integralização de ações nas áreas da saúde, segurança, justiça, educação e trabalho", afirmou.

Aldy Mello Filho explicou que a Defensoria possui um núcleo especializado de atendimento a mulheres vítimas de violência, que além de ingressar com as medidas protetivas estabelecidas na Lei Maria da Penha e com eventuais representações criminais contra os agressores, a partir da celebração do convênio com o Senai, cria oportunidades para que essa mulher venha a ser inserida no mercado de trabalho, uma vez qualificada.

Para o presidente da Fiema, Edilson Baldez, as parcerias com órgãos públicos são importantes porque potencializam os resultados do trabalho realizado. "Sozinhos, o alcance das ações é limitado. Unidos, o poder público e a iniciativa privada podem fazer muito mais", afirmou o presidente.

Convênios - Na mesma oportunidade, foi firmada parceria com o Senai para a qualificação profissional de jovens adultos na faixa etária de 18 a 24 anos, assistidos pela Defensoria. "Focamos nesse público porque, segundo estatísticas, é o que mais está sujeito a incidir na prática delitiva, especialmente aqueles que possuem histórico de exclusão social, exatamente o público da Defensoria", destacou o defensor geral.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Defensoria e Fiema firmam parceria para capacitação de mulheres vítimas de violência

Aldy Filho, Edilson Baldez e Marco Moura assinam convênios para qualificação profissional de mulheres vítimas de violência

Em ato realizado na sede da Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema), o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho; o presidente da Fiema, Edilson Baldez; e o diretor do Senai/MA, Marco Antônio Moura da Silva, assinaram convênio para implementação de parceria visando à qualificação técnico-profissional de mulheres assistidas pela DPE, que estejam em situação de violência doméstica, nas turmas regulares dos cursos oferecidos gratuitamente pelo Senai.

O objetivo do convênio é diminuir o grau de vulnerabilidade em que essas mulheres se encontram. Segundo dados do Disque-Denúncia Maranhão, foram registradas 520 denúncias de violência contra a mulher, em 2012, um aumento de 111% em relação ao ano anterior. Para o defensor geral Aldy Mello Filho, a qualificação profissional abre uma nova perspectiva de vida para essas mulheres, já que a maioria depende financeiramente do agressor, em geral marido ou companheiro.

"A mulher que sofre violência precisa se sentir amparada para iniciar uma nova vida. Efetivar a política de proteção a elas exige uma atuação conjunta da sociedade civil e dos órgãos públicos, sobretudo na integralização de ações nas áreas da saúde, segurança, justiça, educação e trabalho", afirmou.

Aldy Mello Filho explicou que a Defensoria possui um núcleo especializado de atendimento a mulheres vítimas de violência, que além de ingressar com as medidas protetivas estabelecidas na Lei Maria da Penha e com eventuais representações criminais contra os agressores, a partir da celebração do convênio com o Senai, cria oportunidades para que essa mulher venha a ser inserida no mercado de trabalho, uma vez qualificada.

Para o presidente da Fiema, Edilson Baldez, as parcerias com órgãos públicos são importantes porque potencializam os resultados do trabalho realizado. "Sozinhos, o alcance das ações é limitado. Unidos, o poder público e a iniciativa privada podem fazer muito mais", afirmou o presidente.

CONVÊNIOS - Na mesma oportunidade, foi firmada parceria com o Senai para a qualificação profissional de jovens adultos na faixa etária de 18 a 24 anos, assistidos pela Defensoria. "Focamos nesse público porque, segundo estatísticas, é o que mais está sujeito a incidir na prática delitiva, especialmente aqueles que possuem histórico de exclusão social, exatamente o público da Defensoria", destacou o defensor geral.

Foram ainda renovados convênios com o Sesi, garantindo a realização gratuita de exame de DNA, dentro do Projeto "Ser Pai é Legal", desenvolvido pela DPE, de estímulo à paternidade responsável. Também incluiu a qualificação profissional, em turmas regulares dos cursos ofertados gratuitamente pelo Senai, de apenados que estejam em regime semiaberto, aberto ou em cumprimento de penas e medidas alternativas, bem como em turmas constituídas especificamente para os apenados que se encontram em regime fechado, na perspectiva de fortalecimento da sua reintegração social com o intuito de reduzir o alto grau de reincidência no estado, em parceria com o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Judiciário retoma atividades forenses na segunda-feira

O Poder Judiciário do Maranhão retoma atividades jurisdicionais na segunda-feira (21), quando os prazos processuais voltam a correr normalmente e ficam restabelecidas a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, despachos, bem como a intimação de partes ou advogados de processos físicos e virtuais - em primeira e segunda instâncias, na Justiça estadual. **PÁGINA 3**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Judiciário retoma atividades forenses na segunda-feira

O Poder Judiciário do Maranhão retoma atividades jurisdicionais na segunda-feira (21), quando os prazos processuais voltam a correr normalmente e ficam restabelecidas a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, despachos, bem como a intimação de partes ou advogados de processos físicos e virtuais - em primeira e segunda instâncias, na Justiça estadual.

'Desejo aos magistrados, advogados, membros do Ministério Público, defensores públicos e a todos os operadores do Direito um ano forense exitoso no campo profissional e reafirmo o compromisso de continuidade às ações da gestão para melhorar a cada dia o atendimento aos jurisdicionados maranhenses em 2013?, ressalta o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que conduzirá sessão plenária da Corte na quarta (23), com pauta jurisdicional.

As sessões de julgamentos no Pleno do Tribunal de Justiça e nas câmaras cíveis e criminais da Corte também serão retomadas, assim como os serviços forenses nas varas e juizados das comarcas do Estado.

Durante o recesso - com início em 20 de dezembro, e término no domingo (20) - o Judiciário trabalha diariamente em regime de plantão para garantir o acesso do cidadão à Justiça.

Nesse período, funciona o plantão judicial nas esferas cível e criminal para análise de procedimentos judiciais como pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento, suspensão de liminares e outras medidas cautelares ou protetivas caracterizadas pela urgência e necessárias à preservação de direitos.

O recesso forense ocorre normalmente de 20 de dezembro a 6 de janeiro. Este ano o prazo foi estendido a dia 20 de janeiro em atendimento a pedido da OAB-MA, para que os advogados tivessem um período de descanso nas atividades profissionais.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

3º. - HOLOFOLTE - O TJ-MA - poder Judiciário investiu R$ 15 milhões na segurança do Maranhão - deste total cerca de R$ 2 milhões foram aplicados na implantação da nova central de processamento de dados (data Center) - Inaugurado em julho de 2012 - é onde guarda e grava informações dos sistemas judiciais e administrativos - tem uma capacidade para armazenar 58 terabytes... Tem prefeitos que já estão a pensar em entra a pedir empréstimos pra agiotas - tem grupo de agiotas que é de "ouro" - precisam ser visto e colocados na cadeia... É dinheiro publico que pode ser desviado "só o juro" que é alto - aguardem - iremos publica os prefeitos envolvidos caso venham pedir dinheiro a agiotas...

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Novo presidente da AMMA visita o Fórum do Calhau

O novo presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, AMMA, juiz Gervásio Protásio dos Santos Júnior, titular da 6ª Vara Cível da capital, visitou na última terça-feira, 15, a Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Ele foi recebido pelo juiz diretor do Fórum, Sebastião Joaquim Lima Bonfim, e pelo administrador forense, Aristeu Rodrigues dos Santos Júnior.

Durante a visita, o presidente da AMMA agradeceu o apoio do diretor na cessão do espaço para a solenidade de posse da nova diretoria da associação, ocorrida no dia 11 de janeiro, nas dependências do Fórum Des. Sarney Costa.

Na oportunidade, Gervásio Santos, destacou a importância durante a nova gestão da AMMA de uma parceria contínua com o Fórum. A nova diretoria executiva da AMMA é composta pelos magistrados: Gervásio Santos (Presidente), Marcelo Moreira (1º vice-presidente); Ângelo Alencar (2º vice-presidente), Adelvam Nascimento (3º vice-presidente); Marilse Medeiros (Secretária-Geral), Clênio Lima Corrêa (Secretário-Adjunto); Carlos Veloso (Tesoureiro-Geral) e Lavínia Macedo Coelho (tesoureira-adjunta). E por um conselho fiscal composto pelos magistrados: Andréa Perlmutter, Luís Carlos Dutra dos Santos, Celso Orlando Pinheiro Júnior, Jorge Antônio Sales Leite, Holídice Cantanhede Barros, Artur Azevedo do Nascimento, Ana Beatriz de Carvalho Maia e Cyrilo Anselmo de Freitas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sejap e Adhonep se reúnem para viabilizar parceria

Com o objetivo de reforçar os trabalhos de ressocialização dentro do sistema prisional maranhense, a Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap) analisa a possibilidade de firmar um convênio com a Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno (Adhonep). A parceria visa garantir educação, capacitação e qualificação profissional aos detentos.

Uma reunião entre representantes dos dois órgãos aconteceu, na terça-feira (15), na sede da Sejap (Outeiro da Cruz), com a finalidade de traçar os passos para que a parceria seja viabilizada. Na ocasião estavam presentes, o secretário da Sejap, Sergio Tamer; o juiz da Vara de Combate a Violência Doméstica e representante da Adhonep, Nelson Rêgo; representantes da Sejap; e Djamar Viana, empresário do ramo de assessórios automotivos.

Secretário Sergio Tamer com representantes da Adhonep

Sergio Tamer disse que essa parceria só vem fortalecer os trabalhos de reintegração social no sistema prisional do Maranhão. De acordo com o secretário, o direito ao trabalho é um dos elementos fundamentais para garantir a dignidade do ser humano, e no caso da pessoa privada de liberdade não é diferente. "Eu particularmente acredito muito no trabalho desenvolvido pela Adhonp e sei que esta união só vem fortalecer as ações de ressocialização, visto que a finalidade maior desta parceria é capacitar profissionalmente o interno", afirma Tamer.

O juiz Nelson Rêgo informou que a proposta inicial é oferecer um curso básico de teologia aos internos e cursos profissionalizantes nas mais diversas áreas. Ele disse que os próprios empresários que integram a Adhonep serão quem proporcionarão emprego aos recuperandos. "Essa parceria com certeza é um ganho muito grande a todos, principalmente a nossa sociedade", destaca o magistrado.

ADHONEP - Adhonep é a Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno, que tem como objetivo reunir os diversos profissionais, a fim de que estes compartilhem experiências de sucessos e sejam inspirações para outras pessoas. Criada para fortalecer valores através do apoio mútuo entre empresários, autoridades e civis com histórias de sucesso na carreira profissional no Brasil, a Adhonep começou de forma efetiva em 1982, na liderança do empresário Custódio Rangel Pires.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Notícia da AMMA - "A força que me move a aceitar este novo desafio é a crença inabalável no associativismo. A certeza de que, juntos e organizados, os magistrados podem contribuir decisivamente para a melhoria da atuação institucional do Poder Judiciário e, consequentemente, para o fortalecimento da própria democracia brasileira". A afirmação foi feita na noite desta sexta-feira (11), pelo juiz Gervásio Santos, durante a solenidade de posse da nova Diretoria Executiva da AMMA. Gervásio assumiu a presidência para o biênio 2013/2014...

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sejap e Adhonep podem firmar parceria para sistema prisional do MA

Convênio possibilitará educação, capacitação e qualificação profissional de detentos no estado

Para reforçar os trabalhos de ressocialização dentro do sistema prisional maranhense, a Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap) deverá firmar um convênio com a Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno (Adhonep) para garantir educação, capacitação e qualificação profissional aos detentos.

Uma reunião entre representantes dos dois órgãos aconteceu na sede da Sejap (Outeiro da Cruz) com a finalidade de viabilizar a parceria. Na ocasião, estavam presentes o secretário da Sejap, Sérgio Tamer; o juiz da Vara de Combate à Violência Doméstica e representante da Adhonep, Nelson Rêgo; representantes da Sejap; e Djamar Viana, empresário do ramo de acessórios automotivos,

Sérgio Tamer disse que essa parceria vai fortalecer os trabalhos de reintegração social no sistema prisional do Maranhão. De acordo com o secretário, o direito ao trabalho é um dos elementos fundamentais para garantir a dignidade do ser humano, e no caso da pessoa privada de liberdade não é diferente. "Eu particularmente acredito muito no trabalho desenvolvido pela Adhonp e sei que esta união fortalecerá as ações de ressocialização, visto que a finalidade maior desta parceria é capacitar profissionalmente o interno", afirmou Tamer.

O juiz Nelson Rêgo informou que a proposta inicial é oferecer um curso básico de teologia aos internos e cursos profissionalizantes nas mais diversas áreas. Ele disse que os empresários que integram a Adhonep proporcionarão emprego aos recuperandos. "Essa parceria com certeza é um ganho muito grande a todos, principalmente a nossa sociedade", destacou o magistrado.

Adhonep

A Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno foi criada para fortalecer valores por meio do apoio mútuo entre empresários, autoridades e civis com histórias de sucesso na carreira profissional no Brasil. A Adhonep começou de forma efetiva em 1982, na liderança do empresário Custódio Rangel Pires.

Divulgação

Tamer (segundo à esquerda) com representantes da Adhonep

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Batente

Depois de um recesso iniciado em meados de dezembro do ano passado, o Poder Judiciário volta ao batente amanhã.

A partir das 8h de segunda-feira, todos os braços da Justiça (Varas, Juizados e Tribunal de Justiça) retomam suas atividades normais.

O presidente do TJ, desembargador Guerreiro Júnior, quer a máquina judiciária funcionando a todo vapor.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Prefeitura apura aprovação de lei que reduz ISS para empresas de ônibus de SL

Há uma semana, Procuradoria e Secretaria da Fazenda de São Luís descobriram a norma sancionada pelo ex-prefeito João Castelo cinco dias antes do fim do mandato

Gilberto Léda
Da editoria de Política

A Procuradoria Geral do Município (PGM) de São Luís investiga, há uma semana, as circunstâncias em que foi aprovado, na Câmara Municipal de São Luís, projeto que deu origem à Lei Complementar nº 4, de 26 de dezembro de 2012. O dispositivo reduz de 5% para apenas 1% a alíquota de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), relativo aos serviços realizados pelas empresas de transporte coletivo de passageiros da capital.

A publicação da lei, sancionada pelo ex-prefeito João Castelo (PSDB), ocorreu na última edição do Diário Oficial do Município (DOM), dia 31 de dezembro do ano passado. Ela entrou em vigor no dia 1º de janeiro. A Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz) e a própria PGM só tomaram conhecimento de sua existência na semana passada, após uma revisão geral de processos nas duas pastas.

A reportagem de **O Estado** acionou a secretária Municipal da Fazenda, Sueli Bedê, por meio da Secretaria de Comunicação, mas não obteve resposta sobre se os impactos da nova lei estão previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada pelo Legislativo, nem sobre como as perdas de receitas decorrentes dessa redução de alíquota serão compensadas. Teoricamente, isso tudo deve estar discriminado no Orçamento de 2013.

Fotos/Arquivo

Ex-prefeito Castelo enviou projeto; presidente da Câmara, Isaías Pereirinha, não foi encontrado para comentar

Vereador Ivaldo Rodrigues e ex-vereador Osmar Filho dizem que não recordam ter discutido o projeto

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Tramitação - Nem os próprios vereadores têm certeza de como a matéria tramitou na Câmara, o que fez o Município suspeitar de que ele foi aprovado de afogadilho - juntamente com outros projetos na pauta - ou sequer tramitou. Uma investigação da PGM deve ser iniciada para descobrir como ocorreu a aprovação da proposição.

A **O Estado**, Ivaldo Rodrigues (PDT) disse não lembrar de ter discutido ou votado projeto com esse escopo. "É claro que esse é um assunto importante, que geraria muito debate. Mas eu não recordo de ter discutido esse assunto na Câmara", declarou.

Segundo ele, projeto que tratava de ISS debatido em profundidade pelos parlamentares foi o que concedeu anistia de débitos anteriores que as empresas de ônibus tinham com o Município.

"Lembro perfeitamente que aprovamos esse projeto. Houve muita discussão, muito debate. Mas era um projeto que tinha efeitos para trás, nada para frente. Esse de redução de alíquota realmente não recordo", completou.

Anistia - O projeto que concedeu anistia de débitos de ISS anteriores aos empresários do ramo de transporte coletivo também é o único que o ex-vereador e atual secretário municipal de Assuntos Políticos, Osmar Filho (PMDB), diz recordar-se de ter aprovado em plenário. Para ele, se foi aprovada a redução de alíquota, houve pouca discussão.

"Não posso afirmar com certeza se não aprovamos essa redução de alíquota de ISS. Mas, que eu me lembre, o que aprovamos, com certeza, foi um projeto que concedeu anistia de débitos dessa natureza. Mas era um projeto para isentar os empresários de pagar débitos anteriores", comentou.

A Procuradoria Geral do Município deve solicitar da Câmara Municipal de São Luís, ainda esta semana, uma cópia integral do projeto de lei e do processo legislativo que culminaram com a aprovação da Lei Complementar nº 4.

O presidente da Casa, Isaías Pereirinha (PSL), foi procurado por **O Estado** até a manhã de sábado, dia 19 de janeiro, mas sem sucesso.

Mais

O assunto transporte público gerou desgaste ao prefeito Edivaldo Júnior (PTC) antes mesmo de ele assumir a Prefeitura de São Luís. No fim de novembro, quando ainda comandava a falida Comissão de Transição, o vice-prefeito Roberto Rocha (PSB) admitiu o caos no sistema e a possibilidade de aumentar as tarifas. Agora, com a notícia de que há uma lei que diminui as despesas dos empresários, mas aumenta as perdas em arrecadação do Município, há a suspeita de que o projeto tenha tramitado de afogadilho para criar ainda mais dificuldades financeiras à atual gestão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Castelo tentou aprovar alterações na Lei de Zoneamento sem discussão

Por decisão judicial, projeto de lei foi retirado de pauta na Câmara Municipal

A aprovação da lei que reduz a alíquota do ISS para as empresas de transporte sem discussão mais aprofundada do assunto, como atestaram os vereadores ouvidos por **O Estado**, foi o segundo caso concreto de tentativa de decretação de nova lei sem o conhecimento da sociedade.

Na última sessão plenária do ano passado, também de afogadilho, o ex-prefeito João Castelo (PSDB) descumpriu decisão judicial e tentou garantir a aprovação do projeto de lei que estabelece normas para o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo na capital. Entre as principais alterações, o projeto previa a elevação, em algumas áreas, do gabarito de prédios construídos na cidade - que hoje é de 15 andares - para 20 andares. Havia, ainda, alterações de áreas definidas eminentemente agrícolas para zonas industriais.

Arquivo

Barreto alertou os vereadores

Mas uma medida liminar concedida pela juíza auxiliar respondendo pela 4ª Vara da Fazenda Pública Maria José França Ribeiro, proferida no dia 31 de julho de 2012, proibia a Prefeitura de São Luís de encaminhar ao Legislativo qualquer legislação regulamentadora do Plano Diretor sem estudos técnicos e urbanísticos elaborados pelo Instituto da Cidade, sem a realização de audiências públicas e sem prévia publicidade. No despacho, a magistrada também determinava que a Câmara se abstivesse de aprovar o projeto caso ele fosse enviado - o que efetivamente ocorreu.

Mesmo assim, o projeto de alteração do zoneamento havia sido assinado pelo tucano dia 10 de dezembro e chegou a ser encaminhado ao presidente da Câmara, vereador Isaías Pereirinha (PSL), dois dias depois. A expectativa do Executivo era de que ele fosse apreciado e aprovado discretamente, na esteira das discussões sobre o Orçamento do Município de 2013.

Ação - Mas a tática não prosperou. O promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Fernando Barreto, autor da ação que culminou com a declaração de nulidade dos processos legislativos e de inconstitucionalidade das duas leis de zoneamento aprovadas em 2010, alertou os vereadores sobre a ilegalidade da tramitação da matéria e sobre os riscos que eles correriam se a aprovassem.

O plenário da Câmara de São Luís admitiu, então, por unanimidade, que houve equívocos na elaboração do projeto de lei. Além disso, o presidente da Casa, vereador Isaías Pereirinha, concordou com o representante do Ministério Público ao avaliar que a matéria não poderia ser votada, na última sessão deliberativa do ano, por não terem sido realizadas audiências públicas necessárias para melhor discussão com a sociedade civil.

Depois de os 21 vereadores terem se reunido por quase duas horas com Barreto, o chefe do Legislativo Municipal garantiu que o projeto seria retirado de pauta e só entraria em discussão e votação a partir de fevereiro de 2013.

"O entendimento é de que, a partir de agora, o projeto irá obedecer a tramitação legal. Ou seja, essa matéria será deixada para ser discutida na próxima sessão legislativa e nós teremos que promover as diversas audiências públicas, tantas quanto forem necessárias com a comunidade", declarou Pereirinha, ainda no ano passado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Aos magistrados maranhenses

HENRIQUE NELSON CALANDRA

Tramitaram na Justiça brasileira cerca de 90 milhões de processos em 2011, com a soma dos casos novos com o dos processos pendentes de baixa, sendo 30 milhões processos de execução fiscal, constituindo aproximadamente um terço do total.

Os magistrados brasileiros prolataram cerca de 23 milhões de sentenças, em 2011. Os gastos com o Judiciário no Brasil representam cerca de 1,2% do PIB nacional e acompanham o aumento progressivo de demandas levadas ao Poder Judiciário, o qual tem sido chamado a ocupar espaço crescente na sociedade brasileira desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Se a Justiça brasileira envolve grandes despesas, destaca-se que o Judiciário envolve receitas significativas para o Estado. Isto sem contar, o valor positivo que é a prestação jurisdicional, fator fundamental para o Estado de direito democrático.

Incalculável o valor de uma vida salva por uma decisão judicial que determinou a internação de uma criança em grave crise de saúde e que por ser pobre não tinha acesso ao serviço de saúde... Não há como mensurar o sentimento de justiça quando um criminoso é punido ou quando um inocente tem sua liberdade restituída por decisão de juiz. Como aquilatar a satisfação de um trabalhador que vê, na Justiça, os direitos reconhecidos...

Com resultados quantitativos ou não, justiça é muito um sentimento de segurança e confiança, as estatísticas informam que o Poder Judiciário nacional passa por um profundo aperfeiçoamento em face da adoção dos modernos métodos de gestão administrativa, de modo a enfrentar o desafio maior de uma prestação jurisdicional justa e rápida, para tanto, é necessária a colaboração de toda a sociedade em um processo de contínua discussão e aperfeiçoamento.

Vivenciamos uma quadra preocupante: - elevadíssimo número de processos (cerca de 90 milhões em todo o país): - carência de pessoal e de recursos: - falta de segurança para os juízes, notadamente na área criminal; - ritos processuais que eternizam os processos; - generalização quanto aos desvios de conduta ocorridos no Judiciário.

A magistratura nacional tem bem clara a sua missão: - prover a prestação jurisdicional rápida e justa.

> Sem Judiciário forte e independente, não há direitos resguardados; não há verdadeiro Estado democrático de direito

Para tanto, certos temas devem ser cotejados: - o reconhecimento pelo trabalho desempenhado, por intermédio de uma remuneração compatível com o nível de responsabilidade e exigência inerentes ao exercício da magistratura; - adequadas condições de trabalho, muitas vezes comprometidas em face das constantes restrições orçamentárias; - efetivas condições de segurança, são frequentes os casos de juízes ameaçados de morte por conduzirem processos envolvendo poderosos criminosos ou afetarem grandes interesses econômicos; - constante capacitação no intuito de manter-se atualizado com a doutrina e jurisprudência, no intuito de bem desempenhar os deveres de seu cargo e a necessária racionalização da legislação processual, o exagerado número de recursos e incidentes postergam a solução definitiva dos litígios, situação que não pode ser imputada aos magistrados, pois esta pletora de recursos está prevista em lei.

Os brasileiros precisam da Justiça todos os dias de suas vidas. Sem Judiciário forte e independente, não há direitos resguardados; não há verdadeiro Estado democrático de direito.

O caminho a ser trilhado é longo e tortuoso, porém, a sociedade deve internalizar e nutrir um sentimento de confiança na Justiça, repito, por vezes, o último bastião de que se vale o cidadão para ter os seus direitos reconhecidos.

Imperioso que os magistrados brasileiros dêem-se as mãos e com o mesmo destemor e determinação com que sempre aplicaram a Justiça, enfrentem estes desafios.

Tenho certeza que a briosa Associação dos Magistrados do Maranhão continuará envidando esforços para que tenhamos uma magistratura cada vez mais forte, reconhecida e motivada.

Desejo ao presidente Gervásio Santos e a diretoria da AMMA uma profícua gestão com a certeza que contarão com o apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros na causa comum que nos irmana que é a valorização da magistratura, caminho seguro e necessário para o fortalecimento do Poder Judiciário.

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

A autodefesa em assaltos

HOLÍDICE C. BARROS

Tenho certa dificuldade em conceber o Tribunal do Júri como uma instituição sintonizada com a modernidade. Em tempos de Judiciário cada vez mais profissionalizado, sofisticado e orientado por uma vocação democrática que reconhece e protege direitos de minorias, soa-me anacrônico e despropositado que se justifique um julgamento em que o julgador não é obrigado a revelar as razões de seu convencimento, em nome do sentimento de justiça do povo.

E se o sentimento de justiça daquele povo, daquela sociedade, não for o mais adequado? Sim, justiça é intuição, mas é também construção histórica e, em boa dose, medida por suas consequências.

Reconheço, no entanto, no Tribunal do Júri, algumas virtudes. Em tom de galhofa, costumo dizer que é um bom marketing para o Poder Judiciário. Qual pessoa não participou de uma sessão, como jurado, para ao final concluir: Como é difícil a missão de julgar! Um bom retrato desse choque está no clássico filme 12 homens e uma sentença, em que o autor sugere que julgar é um ato de exercício da própria existência do julgador.

Nos últimos dias percebi outra virtude no Tribunal do Júri. Vi que é um ótimo lugar para disfarçarmos nossos sentimentos menos edificantes e mais mundanos em relação à Justiça, tentando conferir-lhe uma justificativa humanista.

Refiro-me ao fato amplamente noticiado na mídia, em que uma mulher, após ser vítima de um furto, "uma saidinha bancária", matou o assaltante a tiros. Não conheço o fato em sua inteireza, por isso queria usá-lo apenas como ponto de partida para uma digressão teórica.

A questão é a seguinte: e se o assaltante não oferecia mais nenhum risco concreto quando o tiro foi disparado pela vítima, de forma consciente, quando aquele já fugia do local, de costas para esta? Sabemos todos nós que labutamos diariamente com o direito penal, que nem sempre a caracterização da legítima defesa é algo simples. É que o Código Penal não quer estimular a auto-tutela, isto é, a justiça privada. Por isso, é da essência do instituto da legítima defesa, que a repulsa à injusta agressão seja levada a cabo através do uso de meios moderados. Mais ainda, é preciso que haja proporcionalidade entre o valor que se pretende proteger e o valor que se pretende repelir. Assim, todo estudante de Direito sabe que não se pode repelir a vida em nome do patrimônio. Se no caso, o assaltante quando foi morto não mais oferecia nenhum risco à vida e à integridade física e a repulsa foi livre e consciente, então a legítima defesa ocorreu para preservar o patrimônio, no caso o dinheiro sacado. Haveria, assim, a proporcionalidade exigida pelo direito?

Um juiz teria muita dificuldade em absolver pela legítima defesa, sem caracterizar, ao menos, um excesso doloso (intencional). Não tenho dúvida, todavia, que se o caso fosse levado a júri, a absolvição pelo corpo de "juízes leigos" seria inevitável. Digo isso, inclusive pelas manifestações em todos os lugares, de blogs a conversas de bar. Ainda que aquela última hipótese fosse comprovada, a de que o assaltante foi alvejado pelas costas, quando não mais oferecia perigo, as manifestações, sempre passionais, são no mesmo sentido: "é um absurdo que a vítima ainda tenha que responder pelo crime".

Uma revelação: na verdade, muitos de nós juízes também pensam assim. No entanto, somos sabedores de que as coisas devem funcionar de um jeito diferente. A função de juiz é a de aplicar a lei e a lei é fiadora da civilidade. Portanto, essa é uma daquelas situações em que o juiz poderia julgar contra o sentimento da maioria, para protegê-la dos seus próprios instintos. Homo homini lupus!

O júri dificilmente aplicaria uma pena a esta mulher. Li em um blog, nos últimos dias, que a vítima prestou um relevante favor à sociedade porque o assaltante possuía uma ficha criminal extensa. Esse pensamento, compartilhado por muitos, revela um pouco do que nós somos. Ocorre que o direito é não só o que somos, mas acima de tudo o que devíamos ser. A lei é o superego.

Essa percepção faz parte de uma construção baseada no nosso momento histórico, nos direitos humanos, no princípio do não retrocesso social etc. Quando o juiz toma uma decisão impopular, o faz como forma de preservar a vida em sociedade e garantir o nosso avanço civilizatório. Como diria Hannah Arendt sobre a matança no nazismo, é preciso uma constante vigilância para evitar a banalização do mal e o sentimento de que não há nenhum problema em ter autorização para matar.

O júri não expõe os juízes e mantém intacto o compromisso destes com o direito, mas permite à sociedade justificar os sentimentos mais atávicos de forma racional e em nome do sentimento de justiça da maioria. O júri permite-nos, em um caso como esse, dar vazão a nossos instintos e fazer pequenos experimentos de justiça privada, de forma digna, legitimado por um julgamento feito pelo próprio povo. Jesus ou Barrabás? Vida longa ao Júri.

Juiz de Direito, master of Laws pela Universidade de Illinois, diretor acadêmico da AMMA
E-mail: holbarros@yahoo.com.br

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Dois milhões acessam o site do TJ do Maranhão

O site de serviços e notícias do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu 2.177.514 visitas em 2012, com cerca de 5,2 milhões de visualizações de página.

O Maranhão respondeu com pouco mais de 70% do total de acessos (1.501.744 visitantes).

O levantamento, validado pelo Google Analytics, teve início em julho e abrange de julho a dezembro, quando o fluxo de registros on-line no endereço www.tjma.jus.br começou a ser medido a cada mês.

São Paulo e Piauí obtiveram a segunda, terceira posições no quesito acessos diretos: 106.085 e 79.644 usuários, respectivamente. No Nordeste, Piauí, Ceará e Pernambuco aparecem na lista dos dez maiores públicos do site.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

RESSOCIALIZAÇÃO

Sejap e Adhonep se reúnem para viabilizar parceria

Com o objetivo de reforçar os trabalhos de ressocialização dentro do sistema prisional maranhense, a Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap) analisa a possibilidade de firmar um convênio com a Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno (Adhonep). A parceria visa garantir educação, capacitação e qualificação profissional aos detentos.

Uma reunião entre representantes dos dois órgãos aconteceu, na terça-feira (15), na sede da Sejap (Outeiro da Cruz), com a finalidade de traçar os passos para que a parceria seja viabilizada. Na ocasião estavam presentes, o secretário da Sejap, Sergio Tamer; o juiz da Vara de Combate a Violência Doméstica e representante da Adhonep, Nelson Rêgo; representantes da Sejap; e Djamar Viana, empresário do ramo de assessórios automotivos,

Sergio Tamer disse que essa parceria só vem fortalecer os trabalhos de reintegração social no sistema prisional do Maranhão. De acordo com o secretário, o direito ao trabalho é um dos elementos fundamentais para garantir a dignidade do ser humano, e no caso da pessoa privada de liberdade não é diferente. "Eu particularmente acredito muito no trabalho desenvolvido pela Adhonp e sei que esta união só vem fortalecer as ações de ressocialização, visto que a finalidade maior desta parceria é capacitar profissionalmente o interno", afirma Tamer.

O juiz Nelson Rêgo informou que a proposta inicial é oferecer um curso básico de teologia aos internos e cursos profissionalizantes nas mais diversas áreas. Ele disse que os próprios empresários que integram a Adhonep serão quem proporcionarão emprego aos recuperandos. "Essa parceria com certeza é um ganho muito grande a todos, principalmente a nossa sociedade", destaca o magistrado.

ADHONEP - Adhonep é a Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno, que tem como objetivo reunir os diversos profissionais, a fim de que estes compartilhem experiências de sucessos e sejam inspirações para outras pessoas. Criada para fortalecer valores através do apoio mútuo entre empresários, autoridades e civis com histórias de sucesso na carreira profissional no Brasil, a Adhonep começou de forma efetiva em 1982, na liderança do empresário Custódio Rangel Pires.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DEFENSORIA E FIEMA FIRMAM PARCERIA PARA CAPACITAÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

PAG. 11

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Defensoria e Fiema firmam parceria para capacitação de mulheres vítimas de violência

O objetivo do convênio é diminuir o grau de vulnerabilidade em que essas mulheres se encontram

Em ato realizado na sede da Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema), o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho; o presidente da Fiema, Edilson Baldez; e o diretor do Senai/MA, Marco Antônio Moura da Silva, assinaram convênio para implementação de parceria visando à qualificação técnico-profissional de mulheres assistidas pela DPE, que estejam em situação de violência doméstica, nas turmas regulares dos cursos oferecidos gratuitamente pelo Senai.

O objetivo do convênio é diminuir o grau de vulnerabilidade em que essas mulheres se encontram. Segundo dados do Disque-Denúncia Maranhão, foram registradas 520 denúncias de violência contra a mulher, em 2012, um aumento de 111% em relação ao ano anterior. Para o defensor geral Aldy Mello Filho, a qualificação profissional abre uma nova perspectiva de vida para essas mulheres, já que a maioria depende financeiramente do agressor, em geral marido ou companheiro.

"A mulher que sofre violência precisa se sentir amparada para iniciar uma nova vida. Efetivar a política de proteção a elas exige uma atuação conjunta da sociedade civil e dos órgãos públicos, sobretudo na integralização de ações nas áreas da saúde, segurança, justiça, educação e trabalho", afirmou.

Aldy Mello Filho explicou que a Defensoria possui um núcleo especializado de atendimento a mulheres vítimas de violência, que além de ingressar com as medidas protetivas estabelecidas na Lei Maria da Penha e com eventuais representações criminais contra os agressores, a partir da celebração do convênio com o Senai, cria oportunidades para que essa mulher venha a ser inserida no mercado de trabalho, uma vez qualificada.

Para o presidente da Fiema, Edilson Baldez, as parcerias com órgãos públicos são importantes porque potencializam os resultados do trabalho realizado. "Sozinhos, o alcance das ações é limitado. Unidos, o poder público e a iniciativa privada podem fazer muito mais", afirmou o presidente.

Convênios - Na mesma oportunidade, foi firmada parceria com o Senai para a qualificação profissional de jovens adultos na faixa etária de 18 a 24 anos, assistidos pela Defensoria. "Focamos nesse público porque, segundo estatísticas, é o que mais está sujeito a incidir na prática delitiva, especialmente aqueles que possuem histórico de exclusão social, exatamente o público da Defensoria", destacou o defensor geral.

Foram ainda renovados convênios com o Sesi, garantindo a realização gratuita de exame de DNA, dentro do Projeto "Ser Pai é Legal", desenvolvido pela DPE, de estímulo à paternidade responsável. Também incluiu a qualificação profissional, em turmas regulares dos cursos ofertados gratuitamente pelo Senai, de apenados que estejam em regime semiaberto, aberto ou em cumprimento de penas e medidas alternativas, bem como em turmas constituídas especificamente para os apenados que se encontram em regime fechado, na perspectiva de fortalecimento da sua reintegração social com o intuito de reduzir o alto grau de reincidência no estado, em parceria com o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ

Fórum de São Luís: sessões dos júris de 2013 começam nesta segunda

Inicia-se, nesta segunda-feira (21), a série de júris do ano de 2013, no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís. A primeira sessão do ano, que ocorrerá no primeiro dia de retorno das atividades jurisdicionais na Justiça estadual, será realizada pela 2ª Vara do Tribunal do Júri, às 8h30.

As sessões dos júris ocorrerão nas salas de sessões das quatro Varas do Tribunal do Júri da Comarca de São Luís, localizadas no Fórum Des. Sarney Costa, no bairro Calhau. O júri tem competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

As quatro Varas já agendaram, até março, mais de 60 sessões de julgamento. A 1ª e a 4ª Varas definiram seus calendários também para o mês de abril e a 3ª Vara marcou sessões até a primeira quinzena de maio.

A 1ª Vara do Tribunal do Júri, que tem como titular a juíza Ariane Mendes Castro Pinheiro, tem o primeiro júri agendado para o dia 26 de fevereiro, havendo sessões também dias 27 e 28. Até o início de fevereiro, que está respondendo pela Vara durante as férias da titular é o juiz auxiliar da Capital Márcio de Castro Brandão. Na unidade, até abril estão agendados 27 júris, que ocorrerão em dias úteis, sendo as sessões de março previstas para o período de 4 a 19, exceto nos dias 6, 8, 11 e 12; e em abril de 1º a dia 30, com exceção dos dias 5, 8, 12, 18, 19, 26.

O calendário de júris da 2ª Vara, cujo titular é o juiz Gilberto de Moura Lima, traz 21 sessões, de janeiro a março. Em janeiro, os júris estão marcados para os dias 21, 23 e 25; em fevereiro, para os dias 1º, 4, 6, 8, 18, 20, 22, 25 e 27; e março, as datas dos júris são 1º, 4, 6, 8, 11, 13, 15, 18, 20, 22, 25 e 27.

As datas das sessões da 3ª Vara já estão definidas até 15 maio, com o total de 29 júris agendados paras as terças, quartas e quintas-feiras. A Vara, que tem como titular a juíza Kátia Coêlho de Sousa Dias, marcou o primeiro júri para 5 de março, totalizando 10 sessões até o dia 26. Em abril, estão previstos 13 júris, do dia 2 ao dia 30; e em maio, seis sessões, começando no dia 2.

Com datas de júris já marcadas também até abril, a 4ª Vara, cujo titular é o magistrado José de Ribamar Goulart Heluy Júnior, fará a primeira sessão no dia 28 de janeiro, começando às 8h30, e mais 18 júris em março, do período de 1º a 26. Parte do mês de janeiro e todo o mês de fevereiro ficaram destinados para instruções e julgamentos. Em abril, ocorrerão 22 júris, do dia 1º ao dia 30.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Nesta segunda-feira

Judiciário retoma atividades forenses

O Poder Judiciário do Maranhão retoma atividades jurisdicionais na segunda-feira (21), quando os prazos processuais voltam a correr normalmente e ficam restabelecidas a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, despachos, bem como a intimação de partes ou advogados de processos físicos e virtuais – em primeira e segunda instâncias, na Justiça estadual.

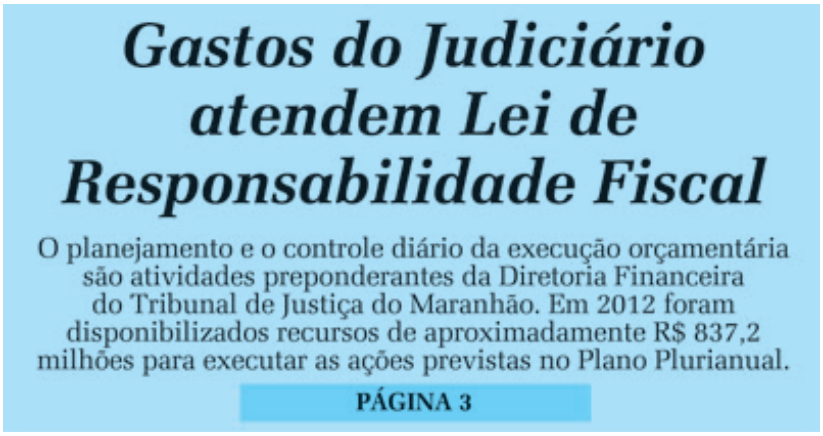
"Desejo aos magistrados, advogados, membros do Ministério Público, defensores públicos e a todos os operadores do Direito um ano forense exitoso no campo profissional e reafirmo o compromisso de continuidade às ações da gestão para melhorar a cada dia o atendimento aos jurisdicionados maranhenses em 2013", ressalta o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que conduzirá sessão plenária da Corte na quarta (23), com pauta jurisdicional.

As sessões de julgamentos no Pleno do Tribunal de Justiça e nas câmaras cíveis e criminais da Corte também serão retomadas, assim como os serviços forenses nas varas e juizados das comarcas do Estado.

Durante o recesso – com início em 20 de dezembro, e término no domingo (20) – o Judiciário trabalha diariamente em regime de plantão para garantir o acesso do cidadão à Justiça.

Nesse período, funciona o plantão judicial nas esferas cível e criminal para análise de procedimentos judiciais como pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento, suspensão de liminares e outras medidas cautelares ou protetivas caracterizadas pela urgência e necessárias à preservação de direitos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Gastos do Judiciário atendem Lei de Responsabilidade Fiscal

O planejamento e o controle diário da execução orçamentária são atividades preponderantes da Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça do Maranhão. Em 2012 foram disponibilizados recursos de aproximadamente R$ 837,2 milhões para executar as ações previstas no Plano Plurianual.

"Aos R$ 774 milhões inicialmente previstos foram somados R$ 63,2 milhões com suplementações oriundas de fontes próprias – excesso de arrecadação e superávit financeiro", explica o diretor financeiro do TJMA, Luis Carlos Calvet.

A título de comparação, todos os demais poderes do Estado solicitaram crédito suplementar no orçamento para cobertura de gastos com pessoal, enquanto o Tribunal de Justiça cumpriu rigorosamente o que estava previsto no orçamento e manteve os gastos de pessoal dentro dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A gestão eficiente dos recursos orçamentários e financeiros foi um dos pontos em destaque no primeiro ano de gestão do desembargador-presidente Guerreiro Júnior e teve reflexos positivos na vida dos servidores.

Houve a antecipação de pagamento da folha de pessoal para o dia 20 de cada mês, e do 13º salário com recursos próprios, além de assegurar recursos para pagamento de 100% de Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) e para reajuste nos auxílios alimentação e saúde.

Foram investidos cerca de R$ 40 milhões em construção e reforma de imóveis do Judiciário. Mais R$ 17 milhões foram aplicados em bens permanentes, como veículos, condicionadores de ar, mesas, cadeiras, equipamentos de informática, dentre outros.

"Diante de cenário em que se intensificam os investimentos em equipamentos, reformas e construção de imóveis, as despesas de manutenção refletem diretamente no orçamento de custeio do TJMA", ressalta Guerreiro Júnior.

Houve, ainda, a apuração do superávit financeiro do exercício anterior e o acompanhamento constante da arrecadação do FERJ e do FERC, que são fontes próprias para abertura de créditos orçamentários.

Além das receitas, são realizados controles permanentes dos itens de materiais e serviços solicitados para aquisição, sendo rejeitados os pedidos que forem avaliados negativamente, no intuito de contenção de gastos.

No âmbito da redução de custos, foi elaborado um projeto de alteração na legislação de diárias que vai gerar economia de aproximadamente R$ 1 milhão anual.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Investimentos do Tribunal de Justiça

O diretor financeiro do Tribunal de Justiça do Maranhão, Luis Carlos Calvet, informou ontem, que em matéria de execução orçamentária foi possível realizar 95% do que foi programado para o ano de 2012. A melhor noticia, segundo o diretor administrativo, Francisco Adalberto, é que R$ 40 milhões foram aplicados em investimentos, incluindo reforma, ampliação e adaptação de prédios dos fóruns do interior e da capital.

Conforme os diretores, foram implantadas 8 novas varas em São Luís, o que implica em contratação de novos servidores concursados e contratação de pessoal terceirizado. Investimentos também foram feitos na segurança dos prédios e na segurança pessoal dos magistrados. O número de postos de segurança aumentos de 70 para 86 no Maranhão.

O Tribunal de Justiça também celebrou convênios para contratação de policiais reformados que, assim, retornam ao trabalho recebendo 50% dos vencimentos que recebiam na ativa. Eles serão responsáveis pela segurança dos juízes e dos fóruns.

Com uma política de pessoal diferenciada, o Tribunal de Justiça iniciou o ano de 2013 antecipando o pagamento dos servidores para o dia 22 de janeiro. Houve também reajuste no auxilio alimentação, de R$ 400 para R$ 700, 00, no plano de saúde, de R$ 250,00 para R$ 300,00 e no auxílio livro dos magistrados que passou de R$ 800,00 para R$ 1.000,00.

Dentro dessa mesma dinâmica, conforme noticiou, ontem, o Jornal Pequeno, o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, assinou e publicou portarias nas quais designa os juízes que irão dirigir os fóruns de diversas comarcas do interior do Estado até 2014.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sejap e Adhonep podem firmar parceria para ressocializar presos

Com o objetivo de reforçar os trabalhos de ressocialização dentro do sistema prisional maranhense, a Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap) analisa a possibilidade de firmar um convênio com a Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno (Adhonep). A parceria visa garantir educação, capacitação e qualificação profissional aos detentos.

Uma reunião entre representantes dos dois órgãos aconteceu na terça-feira (15), na sede da Sejap – Outeiro da Cruz, com a finalidade de traçar os passos para que a parceria seja viabilizada. Na ocasião, estavam presentes, o secretário da Sejap, Sérgio Tamer; o juiz da Vara de Combate à Violência Doméstica e representante da Adhonep, Nelson Rêgo; representantes da Sejap; e Djamar Viana, empresário do ramo de assessórios automotivos,

Sérgio Tamer disse que essa parceria só vem fortalecer os trabalhos de reintegração social no sistema prisional do Maranhão. De acordo com o secretário, o direito ao trabalho é um dos elementos fundamentais para garantir a dignidade do ser humano, e no caso da pessoa privada de liberdade não é diferente. "Eu particularmente acredito muito no trabalho desenvolvido pela Adhonep e sei que esta união só vem fortalecer as ações de ressocialização, visto que a finalidade maior desta parceria é capacitar profissionalmente o interno", afirmou Tamer.

J. ROBERTO

Secretário Sérgio Tamer reunido com representantes da Adhonep

O juiz Nelson Rêgo informou que a proposta inicial é oferecer um curso básico de teologia aos internos e cursos profissionalizantes nas mais diversas áreas. Ele disse que os próprios empresários que integram a Adhonep serão quem proporcionarão emprego aos recuperandos. "Essa parceria com certeza é um ganho muito grande a todos, principalmente a nossa sociedade", destacou o magistrado.

Adhonep – Adhonep é a Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno, que tem como objetivo reunir os diversos profissionais, a fim de que estes compartilhem experiências de sucessos e sejam inspirações para outras pessoas. Criada para fortalecer valores através do apoio mútuo entre empresários, autoridades e civis com histórias de sucesso na carreira profissional no Brasil, a Adhonep começou de forma efetiva em 1982, na liderança do empresário Custódio Rangel Pires.

A Adhonep, também, dispõe de uma editora, que publica regularmente duas importantes revistas: A Voz e a Revista Resposta. Ambas são um meio de divulgação de histórias de vida, de sucesso e conquistas, contadas com o objetivo de incentivar outras pessoas a enfrentar seus desafios. A revista A Voz traz relatos impactantes e verdadeiros de empresários, profissionais liberais, autoridades civis e militares. A revista Resposta por sua vez dedica-se exclusivamente a dar voz às mulheres. Por se tratar de depoimentos e histórias de vida e sucesso de mulheres, a revista Resposta é destinada a todas as mulheres, independentemente da idade ou profissão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Júris do Fórum de São Luís começam nesta segunda

Inicia, amanhã (21), a série de júris do ano de 2013, no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís. A primeira sessão do ano, que ocorrerá no primeiro dia de retorno das atividades jurisdicionais na Justiça estadual, será realizada pela 2ª Vara do Tribunal do Júri, às 8h30.

As sessões dos júris ocorrerão nas salas de sessões das quatro Varas do Tribunal do Júri da Comarca de São Luís, localizadas no Fórum Des. Sarney Costa, no bairro Calhau. O júri tem competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

As quatro Varas já agendaram, até março, mais de 60 sessões de julgamento. A 1ª e a 4ª Varas definiram seus calendários também para o mês de abril e a 3ª Vara marcou sessões até a primeira quinzena de maio.

A 1ª Vara do Tribunal do Júri, que tem como titular a juíza Ariane Mendes Castro Pinheiro, tem o primeiro júri agendado para o dia 26 de fevereiro, havendo sessões também dias 27 e 28. Até o início de fevereiro, que está respondendo pela Vara durante as férias da titular é o juiz auxiliar da Capital Márcio de Castro Brandão. Na unidade, até abril estão agendados 27 júris, que ocorrerão em dias úteis, sendo as sessões de março previstas para o período de 4 a 19, exceto nos dias 6, 8, 11 e 12; e em abril de 1º a dia 30, com exceção dos dias 5, 8, 12, 18, 19, 26.

O calendário de júris da 2ª Vara, cujo titular é o juiz Gilberto de Moura Lima, traz 21 sessões, de janeiro a março. Em janeiro, os júris estão marcados para os dias 21, 23 e 25; em fevereiro, para os dias 1º, 4, 6, 8, 18, 20, 22, 25 e 27; e março, as datas dos júris são 1º, 4, 6, 8, 11, 13, 15, 18, 20, 22, 25 e 27.

As datas das sessões da 3ª Vara já estão definidas até 15 maio, com o total de 29 júris agendados paras as terças, quartas e quintas-feiras. A Vara, que tem como titular a juíza Kátia Coêlho de Sousa Dias, marcou o primeiro júri para 5 de março, totalizando 10 sessões até o dia 26. Em abril, estão previstos 13 júris, do dia 2 ao dia 30; e em maio, seis sessões, começando no dia 2.

Com datas de júris já marcadas também até abril, a 4ª Vara, cujo titular é o magistrado José de Ribamar Goulart Heluy Júnior, fará a primeira sessão no dia 28 de janeiro, começando às 8h30, e mais 18 júris em março, do período de 1º a 26. Parte do mês de janeiro e todo o mês de fevereiro ficaram destinados para instruções e julgamentos. Em abril, ocorrerão 22 júris, do dia 1º ao dia 30.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

■ Ingratidão

Um certo juiz, louco pra lançar o filho (ex-vereador) à estadual em 2014, anda oferecendo cargos em uma certa prefeitura da Grande Ilha para lideranças de um deputado estadual, que já foi o grande aliado do filho.

O objetivo é cooptar as tais lideranças para o projeto do rebento. A ambição e a ingratidão de pai e filho chegaram ao extremo e os dois, acabaram esquecendo os ensinamentos do Evangelho, como a gratidão para quem muito os ajudou num passado recente.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação